



**PIX EM FARMÁCIAS**



FILIADO  
**Sinprofar RS**

**Fecomércio RS**  
Sesc | Senac

## Quem Somos

### ENTIDADE SINDICAL PATRONAL REPRESENTANTE LEGAL FARMÁCIAS E DROGARIAS RS

## O que fazemos

#### ANVISA

- Concessão AFE
- Concessão AE
- Alteração de Farmacêutico
- Cadastro do farmacêutico SNGPC
- Alteração de Endereço
- Alteração de Razão Social
- Ampliação de atividade AFE

- Ampliação de atividade AE
- Atualização de Porte (Enquadramento Anvisa)

#### CONVENÇÃO COLETIVA

Negociações com sindicato laboral

#### VIGILANCIA SANITÁRIA

- Concessão
- Renovação

Alterações

#### CNES

Cadastro

Alterações

#### CRF

- Recursos
- Renovações
- Alterações

#### TRABALHISTA

Flávio Obino Filho  
Advogados Associados

#### SANITÁRIA

Bentz e Nácul  
Consultoria Jurídica

#### TRIBUTÁRIA

Rafael Pandolfo  
Advogados Associados

## Assessoria Jurídica

#### GIOVANA RANQUETAT

Consultora técnica Sinprofar.  
Farmacêutica-Bioquímica formada pela PUCRS.  
Consultora nas áreas regulatória e técnica do varejo farmacêutico- Plusfarma.

## Assessoria Farmacêutica

Experiência de 16 anos no varejo farmacêutico e saúde pública - nas áreas de gestão e cuidado.  
Presidente da SBFFC-RS e Diretora Secretária da SBFFC Nacional (Sociedade Brasileira de Farmacêuticos e Farmácias

Comunitárias). Consultoria técnica, em assuntos regulatórios e legislação sanitária relacionados aos órgãos reguladores CRF-RS, CFF, Anvisa, Vigilância Sanitária e Ministério da Saúde.

## Convênio Educação

#### UNIRITTER

Graduação e Pós Graduação com 10% de desconto (dez por cento) no valor das mensalidades.

#### ESTÁCIO

Graduação, Pós-graduação, MBA, com 40% de desconto (quarenta por cento).

#### FECOMÉRCIO RS SESC SENAC

Desconto de 20% (vinte por cento) nos cursos oferecidos pelo Senac /RS. Exceto na modalidade EAD

## Convênio Saúde

#### UNIMED

## Convênio Lazer

#### FECOMÉRCIO RS SESC SENAC

CARTÃO SESC: Lazer

Esporte  
Saúde

Turismo  
Cultura

#### CRK STUDIO DE ENGENHARIA

PROJETOS:  
Arquitetônicos,

## Engenharia - Arquitetura

Acessibilidade,  
Ergonomia,  
PPCI,

Elétrico,  
Hidráulico  
Execução de obras.

## EXPEDIENTE

- **PRESIDENTE:** Leomar Rehbein
- **VICE-PRESIDENTE:** Wilson Galli
- **DIR. ADM.:** Antonio Carlos Tocchetto Napp
- **DIRETOR FINANCEIRO:** Luis Antunes Ribeiro
- **DIR. DE RELAÇÕES DO TRABALHO:** Reni Antonio Rubin
- **SECRETÁRIO EXECUTIVO** Guilherme Leipnitz

- Rua dos Andradas, 1273 Cj. 104 - Centro  
- 90.020-009 Porto Alegre/RS  
Fundado em 05/12/1941 -Carta Sindical Proc. Nº DNT. 2439/41  
**Realização:** Combinado Comunicação e Marketing  
- Diretora: Ângela Peixoto  
- Jornalista Responsável: Arlete Teixeira  
E-mail: combbinado@gmail.com  
- Fones: (51) **3365.9867** - **99891.9900**

FO NTE DE IMAGENS: BR.FREEPIK

## ASSOCIA-SE

#### FONE/FAX:

(51) 3224.1850  
(51) 999151969

#### E-MAIL:

sinprof@terra.com.br  
**www.SINPROFAR.com.br**

# Palavra do PRESIDENTE

## PANORAMA GERAL

Parece que a guerra contra o Covid está apaziguando, fala-se em novas cepas, mas as estatísticas apontam um decréscimo.

O Ministério da Saúde no mês de junho registrou 19.376,574 casos e 18.023,512 recuperações em todo o Brasil.

Infelizmente soma 543.214 mortes.

Uma pandemia avassaladora em todo o nosso planeta. Estamos aprendendo a lidar com ela e, mesmo com o surgimento de novas cepas, estamos vencendo, embora haja um caminho longo a ser trilhado.

No que tange a questão política/legislativa, assistimos um governo que tem buscado o diálogo, tem procurado entender os anseios da população em geral.

Prova disso, os auxílios pandemia, distribuição de vacinas, onde inclusive algumas farmácias disponibilizaram-se de forma voluntária a aplicação das vacinas.

Em nível de Governo Estadual, aqui no RS, em julho desse ano foi publicado o Decreto nº 55.910, que introduz mudança no cálculo do ICMS sobre medicamentos que deverá trazer maior transparência e simplificação na tributação de todo esse segmento econômico.

Esse novo modelo apresenta, entre outras, duas grandes vantagens para as farmácias as médias dos preços dos medicamentos serão muito mais próximas dos preços praticados pelas farmácias e serão revistos com uma periodicidade muito maior (semestralmente).

Outra vantagem será a possibilidade de as entidades representativas dos segmentos empresariais poderem participar do processo de apuração das médias dos preços.

Por outro lado, há tramitação e nego-

ciações que divergem dessa política pró-social, a exemplo da nova proposta que promove alterações no Imposto de Renda pode elevar em 12% o preço de diversos remédios.

Nesse projeto é proposto o fim de isenções fiscais para cerca de 20 mil empresas, que consta do relatório apresentado pelo deputado Celso Sabino (PSDB-PA), é o prenúncio de aumento de medicamentos, além de produtos de higiene e perfumaria.

Esse aumento deve-se a desoneração de 8 mil princípios ativos, que atualmente são isentos do pagamento de PIS/Cofins, são prenúncios de alta.

Desta forma o consumidor será impactado na compra de medicamentos, a exemplo da Azitromicina (antibiótico), a Nimesulida (anti-inflamatório) e o Fluconazol (fungicida).

Sem falar nos medicamentos que são adquiridos pelo setor público que também serão atingidos.

Por outro lado, nós, do varejo farmacêutico tivemos de nos adaptar e fomos brilhantes nisso, tanto no que se refere ao atendimento nas farmácias para uma população assustada e doente, quer real (através da contaminação e as doenças já existentes) quer psicológicas pelo medo da contaminação.

Nossos farmacêuticos e técnicos de farmácia em geral enfrentam as questões pessoas devido a pandemia e atendem com qualidade e dignidade a população.

*Parabéns a todos!*



LEOMAR REHBEIN

# SUSPENSÃO PREVENTIVA DO PAGAMENTO E DA CONEXÃO COM O SISTEMA DO PFPB

Suspensão Preventiva do Pagamento e da Conexão com o Sistema do Programa Farmácia Popular e a Ausência de Prazo de Conclusão do Procedimento de Averiguação.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece o acesso à saúde como direito dos cidadãos e dever do Estado.

O Sistema Único de Saúde (SUS), instituído no contexto institucional por meio da Lei Orgânica da Saúde (1990), tem como objetivo assegurar o acesso da população aos serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde.

Vale dizer que o advento do sistema oficial de saúde no país deflagrou o processo de elaboração de um conjunto de políticas públicas relativas à saúde.

Sendo que um dos programas de saúde que busca atender às diretrizes das políticas públicas de medicamentos do país é o Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB).

Promulgado em 2004 e regulamentado por decreto presidencial, o PFPB foi criado com a perspectiva de enfrentar agravos de alto impacto na Saúde Pública e reduzir os gastos com medicamentos no orçamento familiar.

Em 2006, mediante parceria com o comércio varejista farmacêutico em âmbito nacional, tivemos a expansão do Programa ocorreu pela modalidade conhecida como 'Aqui tem Farmácia Popular'.

Sendo atualmente regulado pelo Anexo LXXVII da Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017, a qual dispõe, em seu artigo 38, acerca do procedimento fiscalizatório no âmbito de sua operacionalização e a possibilidade de suspensão preventiva dos pagamentos e da conexão com os Sistemas DATASUS para apuração de irregularidades cometidas pelo estabelecimento credenciado.

Art. 38. O DAF/SCTIE/MS suspenderá preventivamente os pagamentos e/ou a conexão com os Sistemas DATASUS sempre que detectar indícios ou notícias de irregularida-

de(s) na execução do PFPB pelos estabelecimentos.

§1º O estabelecimento com suspeita de prática irregular será notificado pelo DAF/SCTIE/MS a apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, documentos e esclarecimentos sobre os fatos averiguados.

§2º Apresentados ou não os esclarecimentos e documentos pelo estabelecimento no prazo indicado no § 1º e verificando-se que não foram sanados os indícios ou notícias de irregularidades, o DAF/SCTIE/MS solicitará ao DENASUS a instauração de procedimento para averiguação dos fatos.

§3º Em casos excepcionais, o DAF/SCTIE/MS poderá solicitar ao DENASUS a instauração de procedimento para averiguação, antes que seja oportunizado à empresa um prazo para apresentar esclarecimentos.

Aqui reside um ponto que tem causado grande preocupação para farmácias e drogarias credenciadas no Programa Farmácia Popular.

Isto se deve, pois, a despeito da previsão contida na aludida norma, na prática estabelecimentos bloqueados no programa não tem a garantia de que o procedimento administrativo fiscalizatório será analisado e concluído em tempo razoável.

Veja caro leitor que a ausência de previsão de prazo para conclusão do procedimento para averiguação dos fatos enseja insegurança ao empresário, outrossim, influi no excesso de tempo de análise por parte do órgão público.

Neste ponto tecemos nossa crítica, visto que não se pode admitir que a suspensão e consequente bloqueio de acesso ao sistema DATASUS se delongue no tempo indefinidamente, especialmente diante da total indeterminação do início e conclusão do procedimento de averiguação para apurar eventual irregularidade.

Na verdade, a suspensão dos pagamentos e da conexão com o Sistema Autorizador de Vendas, por se tratar de medida preventiva, deve primar pela celeridade, e, com ainda mais razão, deve oportunizar ao administrado o direito de defesa, a fim de demonstrar

sua boa-fé e a licitude dos seus atos.

Em recente decisão proferida pelo Tribunal Regional da 4ª Região, o Desembargador Candido Alfredo Silva Leal Junior ao analisar o assunto entendeu que fere a razoabilidade permanecer o administrado sem resposta à sua postulação por tempo indeterminado, ainda mais sob a alegação de que inexistente previsão legal para a conclusão do procedimento administrativo de auditoria, que visa apurar eventuais irregularidades cometidas pela farmácia.

Não é demais rememorar que o direito a um processo administrativo com duração razoável é consequência direta do devido processo legal, que já estava expressamente previsto no art. 5º, LIV, da Carta Constitucional de 1988.

Ao nosso sentir, diante da ausência de ato normativo específico regulamentando o prazo máximo para análise e conclusão da auditoria o parâmetro legal a ser observado é o dado pela Lei Federal nº 9.784/99.

De acordo com o artigo 49 da aludida lei "concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada".

Do contrário, teremos uma situação teratológica, na medida em que a suspensão preventiva perdurando mais de seis meses (registre-se, em que haja a certeza da infração) se tornará mais onerosa do que a própria sanção a ser imposta àquele que comprovadamente incorreu em irregularidades na execução do Programa,

em especial a prevista no art. 42, da Portaria de Consolidação nº 5, de 28 de setembro de 2017.



**Rafael Espinhel**  
Presidente Executivo da ABCFARMA

## AUMENTO DOS PEDIDOS ELETRÔNICOS EM FARMÁCIAS

A transformação digital no mercado farmacêutico não se resume a e-commerce e prescrição eletrônica, mas foi a grande propulsora para a implementação das ações.

“Se você quer ter um e-commerce e atuar com prescrições eletrônicas, você precisa estar digitalizado”, explica o presidente da Associação Brasileira de Distribuição e Logística de Produtos Farmacêuticos (Abradilan), Jony Souza.

Segundo ele, as demandas de pedidos eletrônicos em farmácias e drogarias triplicou de tamanho agora com a pandemia, o que é muito relevante.

“As vendas on-line de produtos relacionados à saúde cresceram mais de 120% no País, por essa razão, este é o momento ideal para debater a transformação digital em diversos aspectos, sobretudo dentro daquilo que traz de benfeitorias ao setor como um todo”.

Segundo a pesquisa TIC Domicílios, 70% da população brasileira utiliza internet. Desse número, 48% adquiriram ou usaram algum tipo de serviço on-line, como aplicativos de carros, serviços de streaming de filmes e música, ou pedido de comida ou medicamentos, todos dentro de atividades de e-commerce.

Um estudo feito pela Konduto, empresa brasileira de soluções de combate a fraudes, aponta que seis setores do e-commerce tiveram aumento significativo no período de quarentena em virtude do novo coronavírus: Brinquedos (+643,05%); Supermercados (+448,09%); Artigos Esportivos (+187,90%); Farmácias (+74,70%); Games Online (+58,46%); Entregas (+55,66%).

Uma semana após a Organiza-

ção Mundial da Saúde declarar o Covid-19 como uma pandemia (março de 2019), houve um aumento de 111% nas compras online da categoria saúde (que inclui medicamentos e itens de farmácia), de 83% em beleza e perfumaria (incluindo itens de higiene pessoal) e de 80% nas compras de supermercado (alimentos, bebidas, higiene e limpeza).



A comparação foi feita considerando praticamente o mesmo período do ano passado (de 25 de fevereiro a 20 de março).

O novo cenário obrigou os brasileiros a mudarem hábitos e passaram a comprar mais itens e mais vezes pelos canais on-line. Dados da Associação Brasileira Online to Offline indicam que o comércio eletrônico teve um crescimento de 47% em seu faturamento ao longo de 2020, e o número de lojas virtuais aumentou em 300%.

O presidente da ABO20, Vitor Magnani, diz que as pessoas tiveram que experimentar comprar comida, bebidas e equipamentos eletrônicos para trabalhar remotamente pela internet. Também afirma que as health techs tiveram expansão, baseadas na regulamentação da telemedicina para atender pacientes em distanciamento social.

“Em qualquer crise, o ambiente de vendas on-line se consolida. Especialmente neste momento, em que o contato físico deve ser evitado, as vendas pela internet ganharam ainda mais relevância”.

diz André Dias, diretor executivo do Compre & Confie, que monitora vendas reais de mais de 80% do varejo digital brasileiro.

Em valores, as vendas on-line no intervalo deste ano somaram R\$ 5,6 bilhões, um aumento de 28,8% em relação ao intervalo do ano passado. O número de pedidos aumentou 31,6%, para 13,16 milhões. Já o tíquete-médio foi 2,2% menor – R\$ 425,30.

Isso significa que itens mais baratos passaram a compor a cesta desse período, que registrou um decréscimo, por exemplo, da venda de segmentos de maior valor agregado, como câmeras, filmadoras e drones (queda de 62%), games (-37%), eletrônicos (-29%) e automotivo (-20%).

Agora, com o agravamento da pandemia no Brasil, o executivo acredita que ganham as empresas que tiverem a logística mais bem azeitada. “Além disso, é preciso saber o quanto as autoridades vão permitir em relação à circulação de mercadorias, para que as vendas não fiquem comprometidas”, diz.

No ano passado, o comércio eletrônico no Brasil movimentou R\$ 75,1 bilhões, alta de 22,7% em relação a 2018.

Para este ano, a previsão da Compre & Confie era um crescimento de 21%, para R\$ 90,7 bilhões. O número ainda não foi revisado.

(Fontes de pesquisa: <https://panoramafarmacuetico.com.br/pedidos-eletronicos-em-farmacias-triplicou-na-pandemia/>; <https://www.tecmundo.com.br/internet/154372-coronavirus-impulsiona-compras-online-farmacias-mercados.htm>; <https://extra.globo.com/economia/em-meio-pandemia-empresas-aumentam-faturamento-contratam-funcionarios-rv1-1-24929367.html>; <https://investidor.estadao.com.br/comportamento/vendas-online-farmacia-mercados-coronavirus> <a href="https://br.freepik.com/fotos/gpointstudio-br.freepik.com">

### COMUNICADO



Devido à pandemia do novo Coronavírus (Covid-19), estará com horário reduzido de atendimento.

**Entrar em contato pelos telefones:**

**Secretário Executivo:** (51) 999911519 – **GUILHERME LEIPTNIZ**

**Administrativo:** (51) 981987954 – **TATIANA MIRANDA**

**Financeiro:** (51) 995466359 – **LUIS RIBEIRO ANTUNES**

(51) 992389127 – **SANI ZITTO**

## CINCO TENDÊNCIAS DO VAREJO FARMACÊUTICO EM 2021

A Revista da Farmácia on-line do Varejo Farmacêutico, publicou um estudo, apresentado por Leandro Maia Ruggero, gerente de Ofertas e Produtos da Linx, em fevereiro último.

Conforme o texto, o varejo farmacêutico passou por altos e baixos ao longo do ano de 2020. No começo do ano, estava em uma zona de conforto, mas os meses seguintes trouxeram muitos aprendizados: gestão de estoque, vendas digitais, diversificação de produtos para atender às demandas de higiene e testagem de Covid-19.

Segundo o IBGE, essa adaptabilidade gerou um crescimento de 7,4%.

Ruggero afirma que ainda que a pandemia não tenha acabado, as mudanças geradas pela Covid-19 deixarão marcas no varejo. Ele listou cinco tendências para o mercado farmacêutico em 2021:

### - FARMÁCIA COMO HUB DE SAÚDE

Há uma propensão de que as farmácias se transformem em hubs de saúde, como já acontece nos Estados Unidos, onde, além dos farmacêuticos, existem médicos dentro das lojas.

Segundo Leandro, a Abrafarma

vem fazendo um trabalho forte para que as farmácias virem microcentros de saúde.

“A Associação já enviou uma proposta aos governos federal e estaduais para utilização de suas 26 redes associadas na vacinação contra a Covid-19. Ainda que não seja uma realidade, o conceito e o foco em atendimento personalizado valem para todos os tipos de estabelecimentos, desde grandes redes até farmácias de bairro”.

### - D2C (DIRECT-TO-CONSUMER)

Após os famosos modelos B2B, B2C, B2B2C, o D2C começa a aparecer no varejo farmacêutico. O modelo permite a venda direta para o cliente final sem a necessidade de intermediários.

Algumas farmácias pequenas e independentes, por exemplo, já estão cedendo seu espaço para uma gôndola ser gerida diretamente pela indústria. Nesse caso, o consumidor faz a compra por um aplicativo, realiza o pagamento e a farmácia recebe apenas um repasse dessa transição.

### - DIGITALIZAÇÃO DAS FARMÁCIAS

A pandemia fez com que as farmácias passassem por um forte movimento de digitalização, criando canais online para facilitação das compras. O market place e o

WhatsApp se destacaram muito.

### - TECNOLOGIA

Além das compras, a farmácia deve investir em tecnologias que facilitem diversas áreas, desde a boca do caixa até a gestão do estoque.

O gerente acredita que muitos varejistas não investem nisso por acreditarem que é algo apenas para as grandes, mas não é verdade:

“Com essas tecnologias, além de ter dados estratégicos para administrar o negócio, o varejista pode focar no que realmente é importante ao invés de perder tempo e dinheiro com funções operacionais e manuais”.

### - PAGAMENTOS, CASHBACK E PIX

Por fim, há uma forte tendência para que os pagamentos sejam feitos sem contato, seja por aproximação ou através de links, QR Code e até mesmo o Cashback. Além disso, mais recentemente houve a criação do Pix, que já vem sendo integrado aos demais sistemas, fazendo a conciliação automática e unificando os pagamentos.

(Fonte: <https://revistadafarmacia.com.br/mercado/cinco-tendencias-do-varejo-farmacautico-em-2021/>)

## NOTA DA ANVISA: APLICAÇÃO DE TERCEIRA DOSE OU DOSE DE REFORÇO

A ANVISA recebeu dois pedidos (até o final de primeira quinzena de julho) de autorização para pesquisa clínica que buscam investigar os efeitos de uma dose adicional do imunizante contra a Covid-19.

A Agência esclarece que, até o momento, não há estudos conclusivos sobre a necessidade de uma terceira dose ou dose de reforço para as vacinas contra Covid-19 autorizadas no Brasil. As pesquisas são desenvolvidas pelos laboratórios farmacêuticos.

A Anvisa vem acompanhando as discussões, as publicações e os dados apresentados sobre o surgimento de novas variantes do vírus Sars-CoV-2 e seu impacto na efetividade das vacinas. Até agora, todas

as vacinas autorizadas no Brasil garantem proteção contra doença grave e morte, conforme os dados publicados.

Entre os dois estudos em andamento, o primeiro é da Pfizer/BioNTech que investiga os efeitos, a segurança e o benefício de uma dose de reforço da sua vacina, a Comirnaty.

Neste estudo, a dose de reforço da vacina da Pfizer será aplicada em pessoas que tomaram as duas doses completas da vacina há pelo menos seis meses. O estudo da Pfizer foi autorizado pela Anvisa em 18 de junho e a condução do estudo é de responsabilidade do laboratório.

O segundo caso é o do laboratório AstraZeneca, que desenvolveu uma segun-

da versão da vacina que está em uso no país, buscando a imunização contra a variante B.1.351 do Sars-CoV-2, identificada primeiro na África do Sul.

Um dos braços deste estudo (autorizado em 14/07) prevê que uma dose da nova versão da vacina (AZD 2816) será aplicada em pessoas que foram vacinadas com duas doses da versão atual da AstraZeneca (AZD1222) ou duas doses de uma vacina de RNA mensageiro (RNAm) contra Covid-19. Nesse caso, o estudo prevê que essa dose adicional será aplicada em pessoas cujo exame e monitoramento não identificam a produção de anticorpos capazes de atuar contra o novo coronavírus.

(Fonte: assessoria ANVISA)

100 ANOS  
VOCÊ FAZ PARTE DESTA HISTÓRIA

ESSENCIA DE VIDA  
**OLINA**  
Extrato fluido de Aloe Vera 0,18mL/Lit.  
Extrato mole de Gentiana lutea 4mg/mL  
INDICAÇÃO ORAL 1 LITRO ADULTO 10

ESSENCIA DE VIDA  
**OLINA**  
Extrato fluido de Aloe Vera 0,18mL/Lit.  
Extrato mole de Gentiana lutea 4mg/mL  
INDICAÇÃO ORAL 1 LITRO ADULTO 10

ESSENCIA DE VIDA  
**OLINA**  
Extrato fluido de Aloe Vera 0,18mL/Lit.  
Extrato mole de Gentiana lutea 4mg/mL  
INDICAÇÃO ORAL 1 LITRO ADULTO 10

ESSENCIA DE VIDA  
**HEPALINA**  
Extrato fluido de HEPATITE A 10mg/mL  
INDICAÇÃO ORAL 1 LITRO ADULTO 10

ESSENCIA DE VIDA  
**REPE-LINA**  
Spray  
INDICAÇÃO ORAL 1 LITRO ADULTO 10

www.olina.com.br

**EMS**

O genérico da caixa azul.



# VIVA + VIVA MELHOR VIVA VIVARIS!

**A NOVA LINHA DE VITAMINAS QUE VAI BALANÇAR O MERCADO!  
CONSULTE PARA CONHECER TODA A LINHA COM MAIS DE 10 APRESENTAÇÕES.**

**EXISTE A VITAMINA CERTA PARA SUA FARMÁCIA!**



## MUDANÇA NA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA DO SETOR DE MEDICAMENTOS

No mês de julho, entrou em vigor o Decreto nº 55.910, que introduz uma mudança no cálculo do ICMS sobre medicamentos.

A atual sistemática de substituição tributária, onde os preços dos produtos são definidos de forma unilateral pela Secretaria da Fazenda, será modificada pela implementação de um novo modelo de pesquisa de preços chamado de PMPF (Preço Médio Ponderado a Consumidor Final).

Pelo PMPF, as médias dos preços dos medicamentos serão muito mais próximas dos preços praticados pelas farmácias e serão revistos com uma periodicidade muito maior (semestralmente).

Uma outra vantagem desse sistema será a possibilidade de as entidades representativas dos segmentos empresariais poderem participar do processo de apuração das médias dos preços, o que contribuirá para uma tributação mais próxima da realidade.

O consultor tributário do **SINPROFAR, Rafael Santos Borin**, considera essa mudança como um possível aperfeiçoamento da apuração de impostos estadu-



ais e vê a mudança como uma forma realçar os aspectos mais positivos da substituição tributária.

Segundo avaliação do **Presidente do SINPROFAR, Sr. Leomar Rehbein**,



essa é uma novidade que está sendo implantada de forma pioneira no setor de medicamentos e deverá trazer maior transparência e simplificação na tributação de todo esse segmento econômico.

### PESQUISA DE PREÇOS E RESULTADOS

A pesquisa, divulgação e publicação dos resultados será feito em dois ciclos:

- a contar de um período de amostragem de 6 meses (janeiro a junho; julho a dezembro), em que no começo de cada período serão apurados os preços médios praticados no semestre anterior;
- após apuração, a lista de PMPF será divulgada, podendo ser contestada pelas entidades competentes (fevereiro e agosto);
- finalmente, a vigência da lista de PMPF para o semestre corrente terá início no primeiro dia dos meses de março e de setembro.

O regime de PMPF, sobretudo, possibilitará uma maior segurança jurídica e acuidade, todavia, seus efeitos ainda não de ser observado na aplicação ao caso concreto.

Com essa mudança, os Preços Máximos ao Consumidor (PMC) e seus respectivos redutores, sistemática atualmente utilizada como base de cálculo do ICMS/ST no setor, serão descontinuados e substituídos pelos PMPF.

O **SINPROFAR** participou ativamente no debate e construção dessa nova legislação junto à Receita Estadual.

Durante esse processo, foi requerido que fosse concedido um prazo maior para a implementação da nova sistemática – possibilitando-se assim, um maior período de adaptação às farmácias gaúchas.

Esse pleito, contudo, restou não atendido.

Além disso, foi ressaltado junto à Secretaria que a implementação do PMPF não poderia representar aumento de carga tributária.

Não obstante, informamos que o sindicato seguirá acompanhando o assunto e trabalhando para o aperfeiçoamento das questões tributárias sensíveis à categoria.

(Fonte: assessoria Rafael Pandolfo Advogados Associados)

## OS DESAFIOS DO VAREJO FARMACÊUTICO NA ERA DIGITAL

Medicamentos são primordiais para o consumidor, são tratados como prioridade em detrimento a outros produtos.

Farmácias e drogarias se diferem de outros setores de consumo por serem estabelecimentos de saúde, com os serviços farmacêuticos como alicerces.

E se diferem também de outros setores da saúde por ter um produto, o medicamento. Porém, um fato, é inquestionável. As farmácias precisarão se adaptar às experiências que tragam comodidade. É preciso haver uma maior convergência setorial.

Só assim será possível proporcionar ao consumidor experiências eficientes e seguras para a sua saúde, em sintonia com o ambiente físico do estabelecimento.

O varejo farmacêutico está a cada dia enfrentando mais desafios para atender necessidades em saúde de seus clientes.

A Covid-19, e o maior nível de exigência do consumidor impõem desafios

extras para as farmácias e drogarias.

Com o atendimento presencial cada vez mais escasso, a Farmácia Brasileira está se reinventando. As redes sociais e as lojas online foram as principais estratégias utilizadas pelas marcas para manter as farmácias ativas e com um bom relacionamento com o seu público.

Diante desse cenário, pudemos perceber que a digitalização dos negócios se consolidou com uma nova tendência no setor varejista e os investimentos em novas tecnologias e inovações devem continuar a crescer, dando base para que o varejo farmacêutico continue amadurecendo.

Colocar as necessidades do cliente no centro do negócio, é primeiro pilar para conseguir crescer, aliadas a qualidade da gestão em integrar o varejo físico e digital.

Os consumidores esperam uma experiência fluida, sem ruídos, com dispositivos conectados e com atendimentos em saúde personalizados.

Resta também a grande expectativa para as ações dos órgãos reguladores, que devem estar preparados para tornar seguras, em todos os aspectos, as necessidades em saúde da população.

Tanto na garantia em frear o crescimento de vendas online clandestinas de medicamentos, como em atender e acompanhar os avanços necessários para o setor.

A Pandemia acelerou vários processos, as legislações precisaram se adequar em velocidade nunca antes vista.

O varejo farmacêutico precisa cada vez mais representar as expectativas em saúde de seus clientes com a responsabilidade necessária e inerente ao setor, por isso as normas devem ser construídas em conjunto, clientes, varejo e órgãos reguladores.

Também resta uma pergunta, como o Farmacêutico vai se inserir neste modo de cuidado digital?

**Giovana Ranquetat Fernandes**

Farmacêutica - Consultora Técnica Sinprofar RS

# VACINA EM FARMÁCIAS: REDE AGAFARMA NA CAMPANHA CONTRA O CORONAVÍRUS

A RDC 197, publicada em dezembro de 2020, permite e regulariza a vacinação em farmácias e drogarias em todo o País.

No Rio Grande do Sul a primeira Rede Associativa de Farmácias (pioneira no associativismo) a fazer parte da campanha de vacinação da covid-19, em parceria com a prefeitura Municipal de Porto Alegre, foi Rede Agafarma.

De acordo com a coordenadora da campanha de vacinação nas farmácias a Diretora **Janete de Matos**, farmacêutica clínica,



a Rede vem participando na luta contra o Coronavírus com trabalhos voluntários, realizados por profissionais farmacêuticos habilitados visando ajudar na erradicação dessa pandemia.

A Agafarma iniciou esta parceria para a campanha de vacinação da H1N1 em 2020, com a participação em 21 farmácias da Rede. Segundo ela, o acordo para 2021, com a Prefeitura Municipal para a campanha de vacinação da Covid-19 somente farmácias aptas para comprar, vender e aplicar vacinas, seguindo as normas exigidas pela Vigilância Sanitária, poderiam participar da campanha de vacinação.

A Rede Agafarma conta com 18 farmácias aptas para aplicação de vacinas, mas em Porto Alegre somente três unidades estão participando desse projeto de modo totalmente voluntário, ou seja, sem custos para o município ou para

a comunidade.

A coordenadora da campanha informou que inicialmente foi aplicada a primeira dose da CoronaVac.

“A procura foi muito grande, houve filas e tivemos que alocar mais profissionais farmacêuticos habilitados para ajudar nas vacinas”.

Atualmente, destacou ela, participam quatro farmácias dentro da Rede Associativa, sendo 3 da Rede Agafarma e 1 da Rede de Farmácias Associadas, há também mais 27 farmácias de redes corporativistas.

“As farmácias privadas contribuem com as unidades públicas que o município disponibiliza”.

Todos os coordenadores de cada Rede passam por treinamentos e participam semanalmente de reuniões onde são apresentadas as ações, estratégias a serem seguidas na próxima semana.

Também, acrescenta que, foram feitas ações voluntárias em Drive thru com a participação e colaboração do exército, profissionais municipais e das farmácias privadas.

“Mesmo com as ações em feriados e finais de semana, em drives thru, as farmácias continuam vacinando diariamente, de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, contribuindo para o avanço no número de vacinas aplicadas contra a Covid-19”.

A Rede Agafarma iniciou a campanha de vacinação com a primeira dose (D1) da CoronaVac, a seguir primeira dose (D1) da AstraZeneca, na sequência primeira dose (D1) da Pfizer.

Ressalta que somente está sendo aplicada nas farmácias privadas a segunda dose (D2) da AstraZeneca e Pfizer. As quais tem um tempo de intervalo máximo de 12 semanas.

Janete Matos salientou que inicialmente eram realizadas cerca de 400 vacinas por dia, hoje essa procura oscila entre 200 a 250 devido ao intervalo de tempo entre a D1 e D2 das vacinas.

“Estamos tendo uma procura menor pela D2 da Oxford”. Janete enfatiza que vacina boa é vacina no braço e que não é o momento de escolher qual a marca.

“Tivemos relatos de algumas contraindicações e efeitos colaterais, mas, no geral, está sendo muito tranquila a campanha de vacinação.

O sistema funciona integrado, o qual não permite a aplicação em duplicidade, bem como a aplicação de laboratórios diferentes”.

A diretora salienta que estas ações são voluntárias e todos os equipamentos de EPIs, bem como os profissionais e material de apoio, são fornecidos pela Rede.

A farmacêutica enfatizou a importância da união do serviço público com o privado no resultado de uma vacinação mais rápida para a população.

Finalizou afirmando que, independentemente do trabalho e do investimento, pode afirmar que é gratificante participar da campanha. “Estamos fazendo a nossa parte.

Agradeço às farmácias e aos profissionais que se disponibilizaram de forma voluntária para que esta campanha fosse realizada em prol da população, em cada dose aplicada há a esperança em salvar vidas. Como Diretora e Coordenadora sinto-me extremamente grata e orgulhosa.

Somente juntos faremos a diferença e chegaremos mais rápido a erradicação desta pandemia, possibilitando a retomada ao novo normal”.

## ANUNCIE



REVISTA DO  
**Sinprofar RS**

Única revista em circulação do segmento

## TARJA VERDE

**Ângela Peixoto**

51 9 9891.9900 whatsapp  
combbinado@gmail.com

## PIX GANHARÁ NOVAS FUNÇÕES

O Pix é um meio eletrônico e instantâneo de pagamentos e transferências bancárias que foi criado pelo Banco Central do Brasil.

### LIMITE DE VALOR NAS TRANSAÇÕES

Não há limite mínimo para pagamentos ou transferências via Pix. Isso quer dizer que você pode fazer transações a partir de R\$0,01.

Em geral, também não há limite máximo de valores. Entretanto, as instituições que ofertam o Pix poderão estabelecer limites máximos de valor baseados em critérios de mitigação de riscos de fraude e de critérios de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Os usuários podem solicitar ajustes nos limites estabelecidos, devendo a instituição acatar imediatamente a solicitação caso o pedido seja para redução de valor.

Transações bancárias podem ser feitas pelo celular a qualquer hora e dia, a partir de conta-corrente, poupança ou de pagamento.

A grande vantagem do Pix é que não tem taxas e a transferência cai na hora. O pix tem facilitado a vida do varejo. Existem duas possibilidades de se efetuar um pagamento com Pix nas farmácias.

Os estabelecimentos tem o Pix integrado aos sistemas de caixa e controles gerenciais financeiros através da interligação com o banco ou instituição de pagamento e com o uso do QR Code dinâmico, que permite gerar o QR Code da venda no próprio sistema de checkout da loja, efetuando a verificação do recebimento no momento da compra, além de permitir a conciliação automatizada dos pagamentos nos sistemas de gestão do estabelecimento.

A proposta do PIX, como forma de promover a inclusão financeira e a digitalização dos meios de pagamento no varejo, é de que não se tenha limites para transferências ou pagamentos, como acontece com o DOC, por exemplo.

Porém, os bancos podem instituir limites para mitigar o risco de fraudes ou lavagem de dinheiro, mas não poderão ser menores que os valores permitidos em outras modalidades de transferência.

Essa transação já superou o boleto bancário, o cheque e as transferências por meio de DOC, TED e TEC, em número de transações.

Quem mais sofreu com essa ex-

pansão do Pix foram as transferências feitas por meio de DOC, TED e TEC.

De novembro do ano passado até maio o número de transações mensais nessas modalidades caiu 41% enquanto o Pix avançou 1.733%, segundo o BC.

Pelos dados do Banco Central (BC), em maio, foram feitas 649,1 milhões de transações ante 342 milhões de boleto bancário, 126 milhões de transferências tradicionais e 18 milhões, de cheques.

Hoje as transações de Pix feitas por pessoa física são isentas, mas a pessoa jurídica paga uma taxa – menor do que a das transferências tradicionais.

Mas isso também pode mudar dependendo do mercado. “Se uma fintech fizer ação para isentar as taxas como forma de atrair clientes, outros bancos podem ter de seguir o movimento ou reduzir as tarifas”, diz Rone Charles, presidente da Landlojas – uma startup de soluções para e-commerce da Woli Ventures.



No segundo semestre de 2021, o PIX deve ganhar novas funcionalidades: Pix cobrança; Pix agendado; Pix saque e Pix troco.

Nessa função, o cliente poderá fazer saques em estabelecimentos comerciais ou fazer compra com retirada de dinheiro.

O chefe do departamento de Competição e de Estrutura do Mercado Financeiro do Banco Central (BC), Angelo José Mont’Alverne Duarte, em 2022, outras novidades serão lançadas ano que vem (2022).

Um produto que está sendo elaborado é o Pix garantido, em que o consumidor poderá parcelar uma compra e o vendedor terá garantia de pagamento de uma instituição.

Há ainda o QR code do pagador, ferramenta em que o consumidor poderá estar offline para fazer a operação.

O chefe do BC diz que já era esperada a forte expansão das transações de pessoa física para pessoa física.

As operações de pessoa física com empresas ainda têm uma participa-

ção pequena, mas devem crescer bastante daqui para frente.

Isso porque as empresas precisavam de um tempo para se adaptar e criar seus próprios sistemas. “Num estabelecimento pequeno, o cliente pode fazer um Pix e mostrar para o dono. Mas isso não é viável numa grande rede de varejo, por exemplo.”

Para ele, a substituição do TED pelo Pix é clara. Mas o executivo não vê uma ameaça aos bancos. “As instituições são livres para oferecer vários serviços atrelados ao Pix. Há uma grande oportunidade para desenvolverem novos produtos.”

As transações entre pessoas físicas e empresas ainda são baixas, mas tendem a avançar bastante nos próximos meses com a adesão de redes de varejo.

Do lançamento do Pix em novembro do ano passado até março, a participação do meio de pagamento instantâneo subiu de 7% para 30%, segundo dados da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Isso considerando apenas as transferências por DOC/TED e maquininhas de cartões. A fatia desses dois meios de pagamento caiu, respectivamente, de 25% para 19% e de 68% para 51%.

Se para o cartão de crédito o Pix não representa uma ameaça, o mesmo não ocorre com os cartões de débito, diz o presidente da fintech Jazz, José Roberto Kracoskanky.

Na avaliação dele, o avanço da nova modalidade vai exigir um reposicio-



amento das empresas de maquininhas, uma vez que o Pix deve ser incrementado daqui

para frente com novas funcionalidades, como o Pix agendado, Pix Saque e Pix Troco.

(Fonte: <https://www.terra.com.br/economia/pix-deve-ganhar-funcoes-de-saque-e-troco-ainda-este-ano,dd604a844a68e-ddd7987a9419e976b86b8y6bf1c.html>, <https://sincofarma.org.br/noticias/saiba-mais-sobre-o-pix-e-os-beneficios-que-trara-a-sua-farmacia/> e Estadão: Renée Pereira e Érika Motoda)

LANÇAMENTO

TECNOLOGIA

UC·II



DISPENSADO DE REGISTRO CONFORME RDC 240/2018

## AUXILIA NA MANUTENÇÃO DA FUNÇÃO ARTICULAR



**Magnésio Quelato**  
Auxilia no funcionamento neuromuscular e no metabolismo energético.



**Vitamina D**  
Auxilia no funcionamento muscular e na formação de ossos.



**Vitamina K2**  
Auxilia na manutenção dos ossos.

### APOIO À VENDAS



DISPONÍVEL EM DISTRIBUIDORAS DE TODO O PAÍS



PARCERIAS COM NUTRICIONISTAS



ANÚNCIOS EM REVISTAS ESPECIALIZADAS



MATERIAIS DE PONTO DE VENDA



MÍDIAS DIGITAIS

[www.maxinutri.com.br](http://www.maxinutri.com.br)

[maxinutri.nutraceuticos](https://www.facebook.com/maxinutri.nutraceuticos)

[@maxinutriooficial](https://www.instagram.com/maxinutriooficial)

**maxinutri**



medicamento  
**genérico**

"Medicamento genérico Lei nº 9.787, de 1999"

**G** Medicamento  
**Genérico**

VENDA SOB  
PRESCRIÇÃO MÉDICA

[www.ems.com.br](http://www.ems.com.br)

Para nós, não basta ser líder do mercado farmacêutico nacional e ter o maior portfólio de medicamentos genéricos do país. É preciso ir além. Por isso, a EMS é a farmacêutica que mais investe em qualidade, tecnologia e inovação.



Sua saúde merece